



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

INTERVENÇÃO
DE SUA EXCELÊNCIA
O MINISTRO DAS CIDADES,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

Dr. Amílcar Theias

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CAPITAL DE RISCO – VENTURE
CAPITAL IT**

*** VALE A VERSÃO LIDA**

Lisboa, 22 de Maio de 2003

Gesventure



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

(...)

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Agradeço aos organizadores do Congresso e à Gesventure em particular o honroso convite que me dirigiram para partilhar das vossas reflexões, sobre o papel do capital de risco no desenvolvimento do tecido económico e das regiões de Portugal.

É com grande satisfação que me encontro hoje aqui a encerrar este 3º Congresso Internacional de Capital de Risco que contou com a presença e o empenhamento de tão ilustres oradores e convidados a quem dirijo um cumprimento especial pelo interesse manifestado e pelas contribuições prestadas aos trabalhos do Congresso.

É particularmente revelador da importância desta iniciativa o conjunto tão diversificado de participantes presentes, que reúne empresários, académicos e representantes de agências governamentais.

Isto é mais um sinal do interesse e da vontade dos Portugueses em transformar Portugal num país mais moderno e mais competitivo, num país que todos desejamos colocar na vanguarda do progresso.

Temas como a política de desenvolvimento regional, a competitividade das regiões do interior, a coesão económica e social, o desenvolvimento sustentável, são recorrentes, mas os seus problemas e desafios exigem novas abordagens, através de políticas transversais.

A minha presença não fica a dever-se a um mero acto protocolar mas, bem pelo contrário, a um acto voluntarista, desejoso de aproveitar este acontecimento muito oportuno para sublinhar a relação entre desenvolvimento sustentável, capacidade de inovação e novas tecnologias, numa economia que se deseja mais competitiva. Só assim, meus senhores, se poderá gerar a riqueza necessária à melhoria do bem-estar dos Portugueses.



DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA DE AMBIENTE

Senhores Congressistas,

Não chega fazer o diagnóstico correcto dos problemas, constrangimentos e desafios que o nosso país enfrenta. Não nos faltam estudos e relatórios apontando os caminhos desejáveis ou possíveis para o nosso desenvolvimento como foi o caso do relatório Porter.

Falta-nos, isso sim, frequentemente, capacidade de realização para pôr em prática as recomendações e também uma prática de avaliação das políticas seguidas.

Hoje é comumente aceite a transversalidade da política ambiental, cuja dimensão deverá ser tida em conta pelas diferentes políticas sectoriais, no quadro do desenvolvimento sustentável.

No entanto, o ambiente ainda é tradicionalmente visto por muitos como um entrave ao progresso, seja pelos enquadramentos legais que lhe estão associados, seja por via da morosidade dos processos de análise ou do licenciamento. A obrigação de internalização dos custos ambientais é certamente mais uma exigência que as empresas têm de assumir. Mas isto não deve ser visto como um fardo.

Eu sou daqueles que acredito que os imperativos ambientais são um desafio para o despontar de novas tecnologias e indústrias. Esta oportunidade é o antónimo do rótulo de custo de contexto que habitualmente é atribuído à política ambiental.

A designação do Ministério de que sou responsável como Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, traduz a vontade deste governo de promover em Portugal uma efectiva política de desenvolvimento sustentável.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

Esta política deve ser consubstanciada, na prática, através da dinamização dos pólos urbanos, seja através do reforço das suas vantagens competitivas, seja através da melhoria da sua qualidade ambiental, que será traduzível em qualidade de vida.

Tais objectivos só serão atingidos mediante a integração das políticas de desenvolvimento regional, ordenamento do território e ambiente.

Quando se fala de políticas para as cidades não se fala apenas das grandes cidades, dos grandes centros urbanos do litoral, fala-se da dinamização dos centros e comunidades urbanas, que à escala regional podem, e devem ser chefes de fila de dinâmicas próprias de desenvolvimento regional.

O desenvolvimento quer-se harmónico ou não será um verdadeiro desenvolvimento. O desenvolvimento não deve ser criador de assimetrias, mas promotor de convergências. É necessário, por isso, que aposte com convicção na coesão do todo social. Tal só é realizável com uma política coordenada, participada e trans-sectorial do investimento.

Portugal nunca será um país moderno e desenvolvido se continuar com um crescimento macrocéfalo, centrado na capital e no litoral. Neste contexto, há que despertar o potencial das regiões do interior, se queremos caminhar para padrões de desenvolvimento equivalente aos dos nossos parceiros Europeus.

COMPETITIVIDADE E PRODUTIVIDADE

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O objectivo de tornar Portugal um país simultaneamente gerador de riqueza e com elevada qualidade de vida, só será atingido, se soubermos criar as plataformas e os meios adequados para que todos os agentes económicos, possam actuar sinergicamente guiados por critérios de elevada exigência.

Nos últimos tempos, muito se tem falado e ouvido falar sobre o modelo de crescimento económico de Portugal e do esgotamento deste mesmo modelo.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

É sobejamente conhecido que, a vantagem comparativa de muitas indústrias portuguesas resultou durante muito tempo dos baixos salários.

Com a crescente competição decorrente da abertura dos mercados, e tendo Portugal utilizado em pleno a sua capacidade produtiva, urge agora construir um novo paradigma de competitividade que permita aumentar em bases sólidas os rendimentos individuais dos portugueses.

No entanto, eliminadas que foram as desvalorizações competitivas, as vantagens de um factor trabalho a baixo preço têm vindo progressivamente a desaparecer.

Durante o último ciclo económico, Portugal apesar de ter atingido praticamente o pleno emprego, não conseguiu crescer acima da média comunitária.

Ou seja, Portugal cresceu em quantidade, mas não em qualidade, não conseguindo, por isso, melhorar a sua posição relativa no conjunto dos países europeus.

O crescimento foi determinado pelos sectores dos bens não transaccionáveis (construção civil, serviços públicos, etc.) onde a produtividade em geral é muito baixa visto não estarem sujeitos à concorrência externa. O país terá, por isso, de dar um salto tecnológico. Mudar o seu perfil produtivo e ser capaz de produzir mais bens transaccionáveis.

Gostaria de afirmar aqui, que este governo e o meu Ministério, estão absolutamente empenhados em dar o seu contributo para este desafio.

A competitividade e a produtividade do nosso país são condições fundamentais para trilhar o caminho do desenvolvimento e para proporcionar níveis crescentes de bem estar às populações.

Só existe uma forma de distribuir mais riqueza, é criando-a.



PRODUTIVIDADE E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Minhas senhoras e meus senhores,

É certo que, muitos factores contribuem para o crescimento da produtividade, mas não há dúvida, que os especialistas elegem o dinamismo tecnológico como o factor mais importante.

E este dinamismo envolve muito mais do que a mera aquisição de tecnologia. Requer a implementação e a endogenização de uma cultura nacional dinâmica e virada para a inovação e para a criatividade.

A inovação e a sua tradução em certas tecnologias tem que começar a ser encarada sem receios como uma das chaves do nosso desenvolvimento potenciando o valor acrescentado da nossa produção através, designadamente, de ganhos de eficiência.

Mas esta inovação, não é só a inovação dos processos produtivos.

É também a inovação ligada ao aparecimento de novos produtos e serviços, que substituem os que se tornam obsoletos, ou que visam responder a novas necessidades ainda não exploradas.

No actual contexto será utópico ficar à espera que surjam grandes fracturas inovadoras.

Ao invés temos que criar condições para desenvolver uma dinâmica de inovação por pequenos passos, com programas adequados, que terão certamente um reflexo positivo na competitividade empresarial e do país como um todo.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

Senhoras e senhores congressistas,

A aposta numa estratégia de inovação e de competitividade exige também um envolvimento profundo das escolas, das instituições de ensino e da investigação.

O fraco nível de investimento em Investigação & Desenvolvimento coloca Portugal nos últimos lugares entre os países europeus neste campo.

Apesar dos esforços feitos nos últimos anos, o desempenho de Portugal é ainda muito baixo. No período de 1998 a 2000, o país teve o menor registo de patentes de toda a Europa, com uma distância para o país mais dinâmico da EU, a Suécia, que se mede por um factor 100 (7 patentes para 651).

Também em termos de gastos em Investigação & Desenvolvimento, Portugal ocupa o lugar nada honroso de penúltimo. Mais uma vez o primeiro país na escala da EU é a Suécia com um gasto equivalente a 3,8% do PIB, por comparação com 0,8% do PIB no caso Português. Se a isto juntarmos o facto de o PIB Português ser diminuto em termos absolutos relativamente aos parceiros comunitários, é fácil perceber que temos ainda um enorme caminho a percorrer.

Em Portugal, o financiamento do Estado à Investigação & Desenvolvimento representa cerca de 70% dos recursos afectos a esta actividade, contra menos de 30% consagrados pelo sector empresarial, situação simétrica à generalidade dos países da OCDE.

Este desequilíbrio é agravado pelo facto desta estrutura de financiamento provocar um enviesamento dos projectos de investigação para iniciativas de investigação básica, muitas vezes sem qualquer probabilidade de sucesso, e sem aplicação no campo empresarial.

É urgente mudar. O conhecimento não pode ficar fechado nas instituições de ensino, e a investigação não pode ser um fim em si mesmo.

É necessário utilizar o saber acumulado nas nossas instituições de ensino de excelência, ao serviço da sociedade e das empresas. É preciso transforma-lo para coisas úteis.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

A indústria do capital de risco tem aqui um papel importantíssimo, ajudando a construir modelos de negócio viáveis para tecnologias que de outra forma estariam hermeticamente reservadas às catedrais do saber.

Mas, também do lado das empresas, há um longo caminho a percorrer, utilizando parcerias, lançando mais projectos de investigação e desenvolvimento, e fundamentalmente, utilizando os recursos de investigação das universidades para o seu próprio proveito.

É necessário também uma melhor orientação das empresas para a gestão e implementação das tecnologias em todas as funções das cadeias de produção e de valor.

Nos últimos anos tem aumentado o número de investigadores, o investimento na construção e equipamento de laboratórios e o aparecimento de centros de competência dedicados à investigação aplicada. Só na região de Coimbra, nas áreas das neurociências e biologia celular, existem perto de duas centenas de investigadores entre mestres, doutorandos e doutorados.

Mas, é fundamental desenvolver redes nacionais e internacionais, no sentido de mobilizar as melhores tecnologias disponíveis, e encontrar a forma e o lugar para proceder à sua adaptação para o tecido produtivo português. Transformar o trabalho realizado em oportunidades e modelos de negócio.

Só assim, será possível utilizar a tecnologia como uma das fontes de criação de vantagens competitivas para as empresas portuguesas e não mais um factor de desperdício. Permitindo às empresas estarem na vanguarda das inovações que podem representar oportunidades ou ameaças para os seus produtos e mercados.

Senhores congressistas,

Portugal é um País de recursos escassos, o Estado não se pode dar ao luxo de apoiar qualquer projecto, qualquer investimento.

Tem de apoiar os projectos e os investimentos, que tenham um maior efeito acelerador na economia, no desenvolvimento das regiões, e consequentemente no País.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

É uma aposta do meu Ministério a criação de uma rede de tecnopólos, que constituam uma base embrionária destes investimentos catalizadores.

Acreditamos que os Tecnopólos possam vir a ser as plataformas em que os diferentes actores do processo de desenvolvimento, empresários, investigadores, instituições governamentais, financiadores, interagem numa dinâmica de sinergias e inovação.

O Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, pretende com este programa prosseguir uma política estratégica de desenvolvimento regional, através da promoção e atracção de investimentos para as regiões e cidades menos favorecidas.

Esta iniciativa pretende promover pólos de atracção e dinamização das comunidades urbanas e de cidades médias, pólos que tenham a capacidade de dinamizar toda a região envolvente.

Consideramos, que este programa vai contribuir para agregar esforços e sinergias, que transformarão o potencial das regiões do interior em investimento produtivo.

O programa foi concebido tendo como ponto de partida as experiências já existentes em Portugal com Parques de Ciência e Tecnologia.

Uma região poderá acolher e tornar-se um tecnopólo, não pela presença, à priori, de um recurso ou de um mercado, mas porque, da permuta e sinergias entre os elementos que existem e dos que se instalam no tecnopólo, originam-se trocas e negócios, que se reforçam mutuamente no tempo.

Para existirem condições de instalação é necessário, em primeiro lugar, um parceiro local, uma autarquia ou autarquias, que tenham a capacidade de interpretar o conceito e de trabalhar proactivamente na sua realização, porque só assim, a infra-estrutura será criada em tempo útil e em articulação com os investidores.

É fundamental que todos os parceiros envolvidos procurem atrair investidores. Não queremos que este seja apenas mais um investimento em betão não produtivo.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

A lógica que esteve na génese dos tecnopólos não é a de simples criação das infra-estruturas, antes de se saber o que localizar e quando localizar. Os investimentos e as infra-estruturas devem ser articuladas com as necessidades dos investidores.

Só o aparecimento de estruturas produtivas, capazes de gerarem a criação de outras, seja como fornecedores, seja a partir de *spin-offs*, abrirá novas perspectivas para a criação de novas empresas.

Neste momento, existem já feed-backs muito positivos nesta matéria, com algumas autarquias a interpretarem muito bem o conceito e a posicionarem-se em parceria com investidores privados.

Um outro factor que consideramos essencial, e que muitas vezes não é devidamente equacionado, são as condições de mercado. É essencial o acesso facilitado a fontes de financiamento e a existência de uma cultura empresarial local. Mais uma vez o acesso e a existência de capital de risco são um factor crítico de sucesso.

Todos nós sabemos que a maioria dos portugueses é por natureza avessa ao risco, são por isso muito positivas todas as acções que visam desenvolver uma cultura empreendedora dentro do ambiente dos negócios e da assunção de risco.

Os projectos inovadores e os novos negócios têm habitualmente grandes dificuldades em obter financiamento junto de uma banca com praticas conservadoras.

Foi tendo em vista a necessidade de facilitar o acesso aos recursos financeiros, que este governo anunciou recentemente, um novo enquadramento da actividade e fiscalidade da actividade de capital de risco. Esta como outras actividades, necessita de um enquadramento competitivo para poder florescer.

Portugal tem tido até há pouco um enquadramento fiscal e legislativo do capital de risco pouco competitivo relativamente aos seus mais directos competidores Europeus, nomeadamente a Espanha. Não é certamente estranho o baixo nível de investimento de fundos internacionais ou de entidades estrangeiras em operações em Portugal neste sector.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

O mercado espanhol conheceu um verdadeiro “boom” de investimento e de operadores quando a taxa de imposto de rendimento sobre as actividades de capital de risco desceu para 1%.

Estamos seguros que, também nós estamos com a iniciativa de criação de tecnopólos, a dar o nosso contributo para o desenvolvimento e para a inovação. Assim como, temos a certeza que as recentes alterações aprovadas pelo Governo para o enquadramento do capital de risco, a prazo frutificarão.

Minhas senhoras e Meus Senhores,

Gostaria para terminar, de garantir que o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, estará sempre proactivo na procura de soluções que, contribuam para a fixação de investimento e reforcem o clima de confiança junto dos empresários.